



A NOÇÃO DE DOCUMENTO: DE OTLET AOS DIAS DE HOJE

Cristina Dotta Ortega

FFCLRP/USP - Brasil - crortega@usp.br

Marilda Lopes Ginez de Lara

ECA/USP - Brasil - larama@usp.br

RESUMO

Objetiva analisar o documento enquanto objeto informacional partindo da hipótese de que a noção de documento relaciona-se à sua condição de informatividade ressaltando o aspecto pragmático do documento e o caráter social e simbólico da informação. Sob o ponto de vista metodológico, procedemos à recuperação histórica do conceito de documento e sua atualização na contemporaneidade recorrendo à Terminografia para análise e cotejamento das noções de documento e de Documentação. O *corpus* de análise compreende textos dos principais documentalistas e teóricos da Documentação franceses, espanhóis e em língua inglesa, desde Otlet. A análise mostra que os termos documento e Documentação já tinham em germe a noção de informação, bem como revela sua atualização por parte dos franceses e espanhóis. Já a corrente anglo-saxã, ao adotar uma abordagem da informação que extrapola, muitas vezes, àquela relacionada aos processos de organização da informação para o acesso e uso distanciou-se da abordagem clássica de documento. Como conclusão, podemos afirmar que a construção histórica do conceito de documento no âmbito da Ciência da Informação é anterior ao surgimento desta denominação para a área, o que leva a considerar pertinente o reconhecimento da noção de documento proposta por Otlet e desenvolvida pelos franceses e espanhóis. Documento é hoje concebido simultaneamente como instância física e informativa que, sob ações e condições específicas contextualizadas, otimiza a circulação social do conhecimento.

ABSTRACT

This paper aims at analyzing documents as information objects, based on the hypothesis that the notion of document is related to its informativeness condition, which brings to the fore the pragmatic aspect of documents as it reveals the social and symbolic character of information. From a methodological perspective, we traced the development of the historical concept of document to its present day usage, resorting to Terminography for the analysis and comparison of the notions of document and Documentation. The *corpus* used in the analyses is comprised of texts by the main



documentalists and Documentation theoreticians in the French, Spanish and English languages, since Otlet. The analysis shows that, from those early days, the terms document and Documentation contained the germ of the notion of information; it also shows the updating of these concepts over time, as performed by the French and Spanish. The Anglo-Saxon tradition, however, by adopting an approach of information that often goes beyond that related to the processes of organization of information for its use and access to, has diverged from the classic approach of document. As a result, it can be said that the historical construction of the concept of document in the field of Information Science predates the appearance of this denomination for the area, which brings us to consider pertinent the recognition of the notion of document proposed by Otlet and further developed by the French and Spanish. The document is nowadays conceived simultaneously as a physical and an informational manifestation which, under specific conditions and subjected to specific actions in context, optimizes the social circulation of knowledge.

PALAVRAS-CHAVE

Documento; Documentação; informação; informatividade



INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva analisar o documento enquanto objeto informacional, de modo a subsidiar sua discussão no âmbito estrito da Ciência da Informação na contemporaneidade. Partimos da hipótese de que a noção de documento relaciona-se à sua condição de informatividade, ou seja, às suas possibilidades de informar. Mais do que a informação, é a informatividade que permite entrever o jogo intertextual que caracteriza os processos de recepção determinando os critérios de relevância para que algo seja considerado informativo. A capacidade de um documento ser informativo enfatiza o aspecto pragmático do objeto informacional à medida que revela o caráter social e simbólico da informação e, conseqüentemente, os ambientes e as situações concretas de uso.

Sob o ponto de vista metodológico, procedemos à recuperação histórica do conceito de documento – e de Documentação –, visando identificar sua relação com a delimitação do conceito nos dias atuais, quando ele é visto como instrumento para promover a circulação social do conhecimento. Para tanto, utilizamos o instrumental da Terminografia, recurso que auxilia a coleta, análise e cotejamento das afirmações. O *corpus* de análise compreende textos dos primeiros documentalistas Paul Otlet e Suzanne Briet, posteriormente dos teóricos franceses Jean Meyriat, Robert Escarpit e Hubert Fondin, e dos espanhóis Lasso de la Vega, Desantes Guanter, Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo. Em um segundo grupo, abordamos a produção em idioma inglês de Buckland e Frohmann. Os dois últimos espanhóis citados, além de López Yepes, Fayet-Scribe, Fondin e Couzinet e colegas são adotados para embasamento histórico e conceitual.

Adotamos aqui a grafia ‘documentação’ para indicar o conjunto de técnicas de organização da informação visando recuperação, acesso e uso, e ‘Documentação’ para falar dos fundamentos teórico-metodológicos que sustentam os procedimentos.

A NOÇÃO DE DOCUMENTO NA VERSÃO CLÁSSICA

Uma das obras básicas da Ciência da Informação é, sem dúvida, O *Traité de Documentation*, publicado por Paul Otlet (1868-1944) em 1934.

A bibliologia elabora os dados científicos e técnicos relativos a este quádruplo objeto: 1º. o registro do pensamento humano e da realidade exterior em elementos de natureza material, ou seja, documentos; 2º. (...) catalografia, descrição e análise desses documentos; 3º. a elaboração, com a ajuda de documentos simples, dos documentos mais complexos, e com a ajuda dos documentos particulares, o conjunto de documentos; 4º. (...) o registro dos dados cada vez mais completo, exato, preciso, simples, direto, rápido, sinótico, de forma simultaneamente analítica e sintética; seguindo um plano cada vez mais integral enciclopédico, universal e mundial (Otlet, 1996, p. 10). (Tradução livre da versão em espanhol)



Livro e documento constituem para ele “um suporte de uma certa matéria e dimensão (...) em que se incluem signos representativos de certos dados intelectuais (Otlet, 1996, p. 43). Como o livro, na sua perspectiva, não abarca outros tipos de documentos, Otlet adota a forma ‘livro ou documento’, mantendo a primeira palavra apenas em regime de conservação dos usos (Sagredo Fernández; Izquierdo Arroyo, 1983, p. 305).

Para Otlet (1996, p. 43), os livros – termo genérico que engloba os manuscritos e impressos de toda espécie que, em número de milhões, têm sido feitos ou publicados em forma de volumes, periódicos, publicações de arte – constituem em seu conjunto a memória materializada da humanidade, armazenando os fatos, as idéias, as ações, sentimentos, sonhos, ou seja, aquilo que têm impressionado a razão do homem. Segundo ele, os livros se converteram, por excelência, nos órgãos da conversação, da concentração e da difusão do pensamento, devendo-se considerá-los como instrumentos de pesquisa, de cultura, de ensino, de informação e de recreio, pois são o receptáculo e o meio de transportes das idéias.

Otlet (1996, p. 45) trabalha na determinação das características do livro por considerar que isto é indispensável para reconhecê-lo e identificá-lo. Sua determinação individual não seria possível se não fosse em função de suas características gerais: a verdade (o verdadeiro); a beleza (o belo); a moralidade (o bem); a originalidade; a clareza (compreensibilidade); o valor econômico (comercialidade); e a novidade.

O livro pode ser abordado como conteúdo (idéias que se referem a um certo assunto, consideradas em um certo lugar e em um certo tempo) e como um continente (uma certa forma de livro e uma certa língua na qual se expressam as idéias). Tais formas seriam de duas classes: a forma da expressão objetiva, didática, científica, suscetível de progresso constante, como os moldes preparados para receber o pensamento; e as formas literárias propriamente ditas que correspondem aos gêneros e espécies que estudam a retórica. Os elementos que constituem o livro (elementos materiais, gráficos, lingüísticos e intelectuais) são relativos ao ‘continente’ ou ‘forma’ no sentido amplo da palavra. Os elementos de ‘conteúdo’ ou ‘fundo’ são os científicos ou literários. Por trás do livro ‘continente’ estaria o ‘conteúdo’, a literatura em sentido amplo (Otlet, 1996, p. 47 e 106).

A proposta de Otlet parte da idéia de um termo genérico (*biblión* ou bibliograma ou documento) que cobriria todos os tipos: volumes, folhetos, revistas, artigos, cartas, diagramas, fotografias, estampas, certificados, estatísticas, além dos discos e filmes. Afirma que *biblión* é a unidade intelectual e abstrata, “que se pode encontrar concreta e realmente, mas revestida de modalidades diversas”. Compara esta unidade “ao átomo na Física, à célula na Biologia, ao espírito na Psicologia e à admissão humana na Sociologia”. A unidade intelectual seria o pensamento e o livro um meio de produzir utilidades intelectuais (Otlet, 1996, p. 43, 44 e 46).

Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1983, p. 308, 309, 311) esclarecem a acepção otletiana ao afirmar que o termo *pensée* é constantemente utilizado no sentido mais amplo adotado por Descartes e os primeiros racionalistas, ou seja, como um conteúdo da consciência ou idéia, abrangendo tanto o aspecto intelectual quanto o afetivo: o que



interessa no documento não é somente seu conteúdo cognoscitivo ou puramente intelectual. Além disso, trata-se do que é projetado sobre o suporte documental, assim como de compreender o que foi depositado nele. Como decorrência, posto que documentos são construídos e utilizados, a Documentação ou Documentologia seria a teoria que se ocupa dos problemas colocados por tal produção e uso, devendo responder a ambos os propósitos: tratar do modo de produção e tratar do modo de usar os documentos. Esta teoria não trata, portanto, apenas da extensão do conteúdo do documento, mas também da atribuição hermenêutica (ou interpretativa) no sentido de buscar meios e métodos que dêem conta da mensagem do autor do documento de modo rápido e preciso. Segundo estes autores, Otlet também atenta para o fato de que a atribuição hermenêutica não se refere ao individualismo documental: os documentos isolados devem ser levados à unificação no momento de serem produzidos e compreendidos. Esta concepção não se limita ao problema da transmissão do saber, pois os termos originais em francês *documentaliser* e *documenter* (que se relacionam à produção e ao uso dos documentos) são, para Otlet, duas vertentes obrigatórias da Documentologia.

Quanto à terminologia adotada para a área que propõe, nos artigos publicados entre 1905 e 1917, Otlet foi abandonando a palavra bibliografia em proveito das palavras documentação e informação. No Tratado de Documentação, ele faz uso de documentologia para designar o campo do conhecimento ao qual ele se consagra ultrapassando as palavras bibliografia, bibliologia e documentação (FAYET-SCRIBE, 2001, p. 52).

Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1983, p. 309) demonstram e, por fim, afirmam, que o objeto da Documentologia otletiana é muito mais rico do que foi a história posterior da disciplina.

Suzanne Briet (1894-1989), funcionária da Biblioteca Nacional da França, foi uma das principais continuadoras de Otlet ao recolocar, após a Segunda Guerra Mundial, muitos dos princípios estabelecidos por ele, em especial por meio da obra clássica: *Qu'est-ce que la documentation?*, publicada em 1951.

Briet parte da definição de documento da UFOD (*Union Française des Organismes de Documentation*) (adotada em 1935, segundo Fayet-Scribe, 2001, p. 281): toda base de conhecimento, fixada materialmente, suscetível de ser utilizada para consulta, estudo ou prova. Propõe, em seguida, outra definição que julga mais atual e abstrata: o documento é todo signo indicial (ou índice) concreto ou simbólico, preservado ou registrado para fins de representação, de reconstituição ou de prova de um fenômeno físico ou intelectual. Além do livro e das outras formas documentais que apareceram, como o artigo de revisão e o artigo de jornal, cita que há obras inteiras, incluindo suas ilustrações, que são transferidas para microfilmes ou microfichas (Briet, 1951, p. 7 e 9). Adota a expressão 'produção documentária' (1951, p. 24-25) para indicar a produção de documentos secundários pelas organizações de documentação a partir dos documentos iniciais (os quais seriam criados pelos autores e apenas conservados pelas organizações de documentação). Considera como documentos secundários as



traduções, análises, boletins de documentação, arquivos, catálogos, bibliografias, dossiês, fotografias, microfimes, seleções, sínteses documentárias, enciclopédias, guias de orientação.

A abordagem de documento que marcou o nome de Briet é, no entanto, aquela que trata do que pode vir a ser um documento: ela exemplifica ao tratar de um antílope africano de uma espécie nova que foi encontrado e levado à Europa, tendo sido o fato divulgado nos meios de comunicação. O fato também se torna objeto de uma comunicação na Academia de Ciências e tema de atividades de ensino de um professor de Museu. Adicionalmente, o animal vivo é enjaulado e catalogado (no Jardim Zoológico), quando morto é dissecado e conservado no Museu, emprestado para uma exposição, passando, assim, a ser registrado em documentos impressos (e sob outros suportes) como livros e enciclopédias, os quais compõem bibliotecas e seus catálogos, entre outros. Para Briet, o antílope catalogado é um documento inicial; os outros são documentos secundários ou derivados (Briet, 1951, p. 7-8). Verifica-se, assim, que para a autora os documentos iniciais não são apenas os documentos textuais convencionais.

O que foi dito mostra que as propostas de Otlet e de Briet já enunciavam as questões de promoção e acesso à informação, ou seja, os termos documento e Documentação já tinham em germe a noção de informação tal como é compreendida contemporaneamente.

A NOÇÃO DE DOCUMENTO DOS DISCÍPULOS DA VERSÃO CLÁSSICA

A abordagem sobre documento iniciada por Otlet foi consolidada por ele e seus discípulos, em especial em solo francês, de tal modo que a história da Documentação na França até a metade do século XX pode ser considerada a história da Documentação (como constatamos na obra de Fayet-Scribe, 2001). Esta corrente passou por um período de relativo esquecimento durante a Segunda Guerra Mundial, sendo retomada nos anos 60 no país. Neste contexto, teve início movimento que foi legitimado nos anos 70, a partir das pesquisas do Comitê de Ciências da Informação e Comunicação (SIC), formado por Robert Escarpit, Jean Meyriat e Roland Barthes, entre outros (Couzinet, 2004, p. 23).

Na Espanha, a Documentação repercutiu, em particular, a partir de Lasso de la Vega (1947, 1969), preocupado com os fundamentos e métodos do tratamento da massa documental, considerado por ele como necessário para a produção científica, e de López Yopez, com seu “Teoría de la Documentación” (1978).

A relação entre Ciências da Informação e Ciências da Comunicação observada na Espanha foi provavelmente decorrente da influência francesa da pesquisa realizada pelo Comitê de Ciências da Informação e Comunicação (SIC).



Discípulos franceses de Otlet

Escarpit (1991, p. 123-126), em obra originalmente publicada em 1976, define o documento como um objeto informacional visível ou palpável e dotado de uma dupla independência com relação ao tempo: a sincronia – que se refere à independência interna da mensagem, concebida não como uma seqüência linear de eventos, mas justaposição multidimensional de traços –, e a estabilidade – independência global do objeto informacional, que não é um evento inscrito na passagem do tempo, mas um suporte material do traço que pode ser conservado, transportado, reproduzido.

Sincronia e estabilidade se manifestam para dar conta de três funções:

função icônica: estabelecimento de uma sincronia interna da mensagem visual (e eventualmente tátil) para sua inscrição em um objeto estável, constituído no espaço e no tempo;

função discursiva: criação de uma imagem espacial estável de um discurso inscrito no tempo, sendo que a linearidade temporal do discurso é dada pela linearidade espacial da escrita; e, por fim,

função documentária: estabilização do conjunto da mensagem mista (traço/ ícone e palavra/ discurso) sobre um suporte que o torna independente do tempo e sincronicamente disponível.

Para o autor, a estabilização da informação no tempo poderia a princípio parecer paradoxal, já que transformar o evento em documento seria despojá-lo de sua imprevisibilidade. Explica que enquanto um evento se produz, um documento é produzido, existe, e por isso é definido, inteiramente conhecível e previsível. Afirma que estabilização não é regressão: trata-se de compensar o efeito temporal, não de o anular. O tempo, cujo efeito é compensado durante a constituição do documento, deve ser reintroduzido sob a forma de movimento para que a informação seja restituída ao destinatário. Passa-se então de uma justaposição multidimensional e sincrônica a uma sucessão linear e diacrônica, produtora de informação. Deste modo, o documento, meio de constituição de um saber, supõe que os traços fiquem disponíveis para uma leitura, ou seja, para uma exploração livre de toda restrição baseada em eventos ou cronologia e em função de um projeto a realizar. Escarpit refere-se não apenas a uma reativação do evento mas a uma produção informacional nova.

Para Meyriat (1981, p. 51-53, 55), a definição de documento não se impõe como uma evidência inicial, mas depende dos pontos de vista e dos métodos da Documentação e da Documentologia, pois necessita, para ser efetivada e compreendida, das noções que recobrem seus termos derivados.

Recolocando conceitos desde Otlet, e tratados de modo semelhante por Escarpit, Meyriat afirma que o documento pode ser definido como um objeto que dá suporte à informação, serve para comunicar e é durável (...). Para ele, esta definição opera por meio de duas noções conjuntas e inseparáveis uma da outra: uma de natureza material (o objeto que serve de suporte), e outra conceitual (o conteúdo da comunicação, ou



seja, a informação). Deste modo, segundo Meyriat, toda mensagem possui uma significação, e não se pode definir um documento sem ter em conta o significado da mensagem que ele tem a função de transmitir.

Uma das questões centrais de que trata Meyriat é a de como um objeto pode tornar-se um documento. Documentos escritos são, para ele, um caso privilegiado, por ser a escrita o meio mais comumente utilizado para comunicar uma mensagem. Mas pondera que os escritos não são os únicos objetos que têm por função transmitir uma informação, do que decorre que a noção de documento é muito mais ampla que a noção de escrita.

Por este motivo é que Meyriat considera que a vontade do emissor não é suficiente. Um jornal cotidiano é feito para servir de suporte e para transmitir informações, mas se o comprador o usar para embrulhar legumes, por exemplo, o jornal não é mais um suporte de informação. Mas este objeto pode transformar-se novamente se o destinatário do pacote colocar os olhos sobre o conteúdo e tomar conhecimento de algumas notícias. A vontade de obter uma informação é por isso um elemento necessário para que um objeto seja considerado como documento, apesar de a vontade de seu criador ter sido outra. É no momento em que se busca informação em um objeto, cuja função original é prática ou estética, que 'se faz um documento'.

Meyriat dá então o exemplo de sua bicicleta, comentando que ela poderá um dia ser objeto de interrogação quanto às informações sobre o lazer da burguesia da metade do século XX, ou sobre as técnicas empregadas pela construção mecânica. Deste modo, nem todo objeto tem por função normal ser suporte de informação, mas esta pode ser uma de suas funções, embora sua função principal seja outra. O documento tem uma dupla origem: ele pode ou não ter sido criado como tal.

Este papel ativo do receptor pode modificar no tempo a função de informação de um mesmo objeto. Como decorrência, um objeto leva a muitos documentos diferentes. Quando uma firma industrial produz e difunde um catálogo, ela o faz para comunicar para sua clientela informações sobre produtos, sua qualidade, seu preço; e esse documento é imediatamente reconhecido como tal. Mas ele pode posteriormente tornar-se o objeto de uma nova leitura por outros usuários, que buscarão outras informações, como a história dos preços, das técnicas de fabricação, dos hábitos de consumo, etc. Estes usuários são tão legítimos quanto os primeiros, ainda que não tenham sido previstos pelo autor do documento. Generalizando esta observação, Meyriat entende que a capacidade informativa de um documento não é jamais esgotada pelos usos de informações já realizados. É sempre possível colocar questões novas a um documento já explorado com a esperança de obter informações novas como resposta.

Assim, o documento não é um dado, mas o produto de uma vontade, aquela de informar ou se informar, a segunda ao menos sendo sempre necessária. Para Meyriat (1981, p. 54), a noção de uso é central, do que entende que se poderia dizer que o 'usuário faz o documento'.



A despeito de todos os exemplos, Meyriat não trata de elementos da natureza, ou seja, não manufaturados, como o antílope de Briet e ambientes e objetos naturais tratados por ela e por Otlet. Em síntese, deduz-se que para Meyriat os escritos não são os únicos tipos de documentos e nem todo escrito é documento, pois um objeto pode ser produzido para ser documento ou não, mas seu uso como documento é que irá determiná-lo como tal, o que pode modificar-se com o tempo dependendo dos diversos usos do mesmo documento.

Couzinet, Régimbeau e Courbières (2001) mostram que para Meyriat (1981) o documento tem uma função de prova e de suporte de informação que a fixa, podendo ser ‘produzido intencionalmente’ e/ou ter uma função atribuída. A questão que ‘faz o documento’ [destaque nosso] é a de que o documento por intenção cedeu lugar ao documento por atribuição. O ‘documento por atribuição’ não é criado como tal: o objeto pode vir a ser um documento do fato de que aquele que busca a informação, ou seja, que lhe reconhece uma significação, erige o mesmo em suporte de mensagem.

Para Couzinet, Régimbeau e Courbières (2001), que objetivaram retomar e homenagear Meyriat, esta reflexão sobre a noção de documento religa informação, significação e processos de recepção e coloca as bases de toda a pesquisa sobre o assunto. Segundo os autores, a distinção entre ‘documento por atribuição’ e ‘documento por intenção’ foi revista e desenvolvida por Hubert Fondin (1995), mas de uma forma geral esta noção foi pouco trabalhada na França nos últimos anos. Para eles, os pesquisadores de Ciência da Informação dos Estados Unidos, como Buckland e Day, têm desenvolvido esta concepção de ‘documento por atribuição’. Entendem que, ainda que estes pesquisadores conheçam os pioneiros europeus como Briet e Otlet, ignoram os trabalhos dos pesquisadores franceses das Ciências da Informação e Comunicação (SIC) – que citamos anteriormente – os quais contribuíram para precisar o termo ‘documento’.

Discípulos espanhóis de Otlet

A literatura é unânime em considerar que a produção espanhola sobre Documentação foi iniciada por Lasso de la Vega, citado anteriormente, o qual se configura como o espanhol que mais escreveu sobre este conceito em obras publicadas de 1947 a 1980 (López Yepes, 1995, p. 262). Contudo, a produção científica sobre Documentação deu-se efetivamente na Espanha somente a partir dos anos 70, fundamentada em sistematização única realizada por López Yepes, em obra histórico-conceitual sobre as diversas correntes teóricas documentárias intitulada “Teoría de la Documentación”, de 1978, e atualizada em 1995, sob o título “La Documentación como disciplina: teoría e historia”. Também é da Espanha a tradução para o espanhol do Tratado de Documentação (Otlet, 1996), por Maria Dolores Ayuso García, sendo a única tradução identificada desta obra.

Segundo Salvador Bruna (2006) em trabalho de análise qualitativa da literatura, a introdução e difusão da concepção otletiana forneceu a base teórica na qual foi edificada a teoria documentária enquanto disciplina acadêmica espanhola. Deste modo, o papel significativo que este país deflagra na história da Documentação, ao que nos



consta, só é comparado ao da França, país que foi berço e continuador deste movimento.

Desantes Guanter, em prólogo à obra de López Yepes (1978), faz uma associação entre o documento e a informação, quando afirma que a documentação seria um dos possíveis objetos da informação. Segundo este autor, documentação e informação estariam amputadas em boa parte de seu campo de atuação, de estudo e de solução de problemas se fossem mantidas afastadas uma da outra. Também afirma que a possibilidade de informação cresce com a documentação, torna-se mais potente, não só em termos quantitativos, mas também qualitativos. A documentação só se justifica se existe para ser informada, e todos os processos a que a documentação se submete se justificam somente se desembocam em um processo informativo, atual ou potencial. Para Desantes Guanter, a documentação que não é informação constitui uma contradição conceitual.

Para Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1983, p. 265) e, de modo similar à Meyriat, um documento só existe quando é utilizado como tal, ou seja, é o uso que decide sobre seu caráter documental. O documento é em si um objeto manufaturado (quanto ao registro em um suporte) e 'mentefaturado' (quanto ao conteúdo significativo gerado pela mente) que pode funcionar como documento propriamente ou como um objeto qualquer: um cartão postal não é em si um documento na mente e/ou intenção do autor, mas poderá passar a sê-lo se for utilizado como tal.

Enquanto pesquisador de idioma espanhol, o mexicano Rendón Rojas parte da obra de López Yepes para tratar da noção de documento, afirmando que a definição apresentada por Briet (que citamos anteriormente) possui um sentido amplo, a partir da qual pode-se considerar como documento tudo que possua uma expressão material e represente certo fenômeno, não só o escrito, como manuscritos e impressos, folhas soltas de propagandas, como também gráficos, fotografias, desenhos, filmes, discos, estatísticas e qualquer coisa natural ou os monumentos e objetos da vida cotidiana produzidos pelo homem (Rendón Rojas, 2005, p. 120-121). Considera a necessidade de restringir o uso do termo documento no âmbito da *Bibliotecología* (segundo denominação que adota e é comum nos países de idioma espanhol da América Latina), realizando assim a seguinte decomposição explicativa que, a despeito do questionamento da definição de Briet, aproxima-se de sua interpretação de como um objeto torna-se documento no contexto da área (Rendón Rojas, 2005, p. 127-128):

em um primeiro nível, têm-se os objetos tal qual são, sem que tenha havido para sua aparição uma intencionalidade de torná-lo documento;

em um segundo nível, estes mesmos objetos são transformados em documentos pelo e para o trabalho dos especialistas de determinadas disciplinas, deixando de ser um objeto em si para ser um objeto para outro. Estes especialistas estudam estes objetos-documento e atribuem mensagens a eles, conscientemente objetivando a informação;

no terceiro nível, os documentos que, após a ação dos especialistas adquiriram outra natureza cuja função é transmitir esta informação adicional, passam às mãos do



profissional da informação documentária. Este profissional insere o documento em um sistema de informação documentária, agregando-lhe informação ao representá-lo e prepará-lo para ser recuperado por um usuário. É neste último nível que o documento toma a dimensão *bibliotecológica* (segundo termo adotado no texto).

Deste modo, deve-se considerar, segundo Rendón Rojas (2005, p. 129), a ação intencional executada pelo profissional da informação como baseada em estruturas de análise que permitam ao produto intelectual produzido pelo autor converter-se em um documento no sentido específico traçado. A ação deste profissional dá um novo sentido ao documento inicial porque o coloca em um contexto que não estava antes. Esta ação dá personalidade ao documento dentro do sistema de informação documentária, a qual não se reduz a ter uma etiqueta e encontrar-se em um determinado lugar (o que pode ser alcançado por ações irrefletidas e empíricas), mas a estruturas mais profundas, produto de uma atividade intelectual, teórica e criativa.

Considera ainda que, esta atividade do sujeito para completar o ‘ser documento’ não implica relativismo porque é realizada sobre um objeto, portanto, com base nas propriedades e atributos presentes nesta matéria-prima: não se trata de uma invenção ou criação, mas de uma transformação de algo que já ‘é’. Além disso, as estruturas empregadas para a manipulação do documento também são objetivas porque respondem à realidade do sistema de informação documentária (Rendón Rojas, 2005, p. 130).

Com isso, entendemos que o autor não está trabalhando com a idéia de que a informação exista no próprio objeto mas que, a despeito da recepção, esta se dá em função de um objeto X ou Y, cujas características próprias apresentam implicações para o ‘ser documento’

Rendón Rojas (2005, p. 127) afirma que quando se fala de documento no âmbito *bibliotecológico*, deve-se estar consciente de que talvez seja uma coisa distinta se considerada em um ponto de vista histórico, criminalístico, literário ou em qualquer outro ramo do saber humano. Entende que podemos distinguir diferentes níveis de ‘ser documento’ segundo o lugar que o objeto ocupe em uma ontologia construída epistemicamente.

Documentação francesa e espanhola

A exposição acima permite confirmar a relevância, densidade e atualidade da obra de autores da linha francesa (Meyriat, Escarpit e Fondin), cuja capacidade conceitual e de generalização parece não ter par frente às obras atuais. Enquanto discípula da versão clássica de documento, a produção espanhola evidencia abordagem peculiar sobre a Documentação, enfatizando os pesquisadores Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo que, em obra conjunta publicada em 1983, tratam profundamente do Tratado de Documentação de Otlet, permitindo sua melhor compreensão nos dias de hoje. López Yepes também é citado por ser talvez o principal responsável pela ‘escola espanhola’ que citamos. Cabe apontar o não reconhecimento destes avanços na área e observar que se estes autores não foram superados, mas também não são conhecidos, tendem a ser



reinventados, o que pode levar a grandes esforços sem, necessariamente, a mesma qualidade.

A despeito deste não reconhecimento, constatamos que a noção de documento proposta pelos primeiros documentalistas é aprofundada e atualizada pelos pesquisadores franceses e espanhóis nas décadas seguintes.

A NOÇÃO DE DOCUMENTO EM VERSÕES ANGLO-SAXÃS

Buckland (1991, p. 43, 44, 46 e 47) trata da ‘informação como coisa’, ‘informação como conhecimento’ e ‘informação como processo’ e propõe a primeira como noção de informação pertinente à Ciência da Informação. Frente à pergunta ‘o que é informativo?’, o autor sugere abandonar a busca por objetos candidatos a serem considerados ‘informação como coisa’ e inverter a abordagem perguntando às pessoas o que elas identificam como coisas a partir das quais elas podem tornar-se informadas.

Buckland afirma que o significado de documento foi tratado por bibliógrafos e documentalistas no movimento da Documentação preocupados com os problemas recentes de armazenamento e recuperação da informação no século XX. Apresenta a solução adotada por este movimento no uso de ‘documento’ como termo genérico para indicar qualquer recurso informacional físico, em vez de limitá-lo a objetos do tipo texto em meios físicos específicos como papel, papiro, microforma. Segundo ele, Otlet, Briet e outros documentalistas afirmam que:

a documentação deve estar preocupada com objetos potencialmente informativos;

nem todos os objetos potencialmente informativos são documentos no sentido tradicional de textos sobre papel;

e, outros objetos informativos como pessoas, produtos, eventos e objetos de museu não devem ser excluídos.

Buckland recorre à noção clássica de documento, citando que Otlet enfatiza a necessidade de definição de documento e documentação que inclua objetos naturais, artefatos, objetos apontando pistas de atividades humanas, objetos tais como modelos designados para representar idéias, e obras de artes, assim como textos. Comenta que o termo documento (ou unidade documentária) foi usado no sentido especializado como um termo genérico para denotar objetos físicos informativos.

Cita o exemplo de documento traçado a partir de um antílope por Briet, questionando qual seria o termo genérico o suficiente para incluir todas as coisas informativas de que tratamos. Sugere ‘discurso’ como um termo melhor para indicar textos no sentido geral ou artefatos com intenção de representar coisas. Apresenta como possibilidade dividir objetos em: artefatos com intenção de constituir discurso (como livros), artefatos que não tinham esta intenção (como barcos), e objetos que não são artefatos (como os antílopes). Do mesmo modo que os franceses e espanhóis discípulos da versão clássica de documento, Buckland apresenta exemplos explicativos das origens dos objetos



informacionais e suas funções posteriores como no caso do livro que pode ser usado como um peso para portas.

Também Frohmann (2004, p. 405-406) ressalta que os estudos contemporâneos devem muito ao movimento documentalista do final do século XIX e início do século XX, salientando a importância de recuperar e repensar as primeiras e profícuas práticas documentárias dos primeiros documentalistas. Frohmann baseia-se nas idéias de L. Wittgenstein, para quem o estudo de práticas com documentos (ou inscrições), em toda sua variedade, leva a um conjunto de conceitos fundamentais para pensar filosoficamente sobre informação, mais que estudos centrados em uma abordagem teórica e filosófica da natureza da informação. Entende, por isso, que a documentação cobre um terreno maior que o dos estudos de informação (*information studies*) e que uma implicação do foco sobre práticas documentárias para uma filosofia da informação é a de que esta filosofia é subordinada à filosofia da documentação.

Em texto posterior, Frohmann (2006), ao criticar a rejeição dos estudos de informação que envolvem os documentos, retoma a idéia de que o conceito de materialidade traz uma compreensão mais rica do caráter social e público da informação na atualidade. O documento, como materialidade da informação, evidencia a importante relação entre estudos da documentação e estudos de informação. As pesquisas sobre materialização da informação por meio da documentação podem identificar os campos de força – institucional, tecnológica, política e cultural – que configuram características sociais e públicas da informação na atualidade. Frohmann baseia-se em Foucault para quem a documentação tem um papel mais significativo que o da comunicação da informação, antes relacionado ao processo que ele chama de ‘escrita disciplinar’ que envolve indivíduos e circuitos específicos institucionais. A documentação seria a ponte entre a análise do discurso ou enunciações, de Foucault, e os estudos da materialidade da informação: as práticas documentárias institucionais fornecem à informação peso, massa, inércia e estabilidade que materializam a mesma a tal ponto que podem configurar profundamente a vida social.

Constatada a relevância dada por Frohmann à documentação, questionamos em que medida ele faz referência também ao conjunto de técnicas de organização da informação visando recuperação, acesso e uso. A abrangência dada por ele ao termo ‘práticas documentárias’ não parece incluir, como ocorre na Documentação, ao lado do reconhecimento dos processos de institucionalização da informação, aquelas relacionadas ao trato da massa documental como requisito para os fluxos documentários e para a comunicação documentaria, como “processo que envolve a codificação e a decodificação de conteúdos informacionais, ou seja, o tratamento e a recuperação da informação” (Lara, 1993, p. 4). Deste modo, a relevância atribuída por Frohmann ao movimento dos primeiros documentalistas pode estar se referindo ao conceito de documento que estes construíram quanto às questões de produção e uso, mas não especificamente quanto às operações realizadas sobre o documento que caracterizam propriamente a área.



De qualquer modo, interessa-nos especialmente a noção de informatividade dos documentos tratado por Frohmann (2004, p. 387). Segundo ele, trata-se das propriedades das práticas documentárias, as quais ocorrem em quatro grandes categorias relativas ao documento: sua materialidade; seus lugares institucionais; modos pelos quais eles são socialmente disciplinados; e sua contingência histórica. Para Frohmann, informatividade refere-se aos fatores que devem ser levados em conta para compreender como documentos tornam-se informativos.

Como documentos só o são de fato se forem informativos, diríamos que informatividade refere-se a como objetos tornam-se informativos, constituindo-se como documentos. Embora não tenhamos clareza sobre o entendimento de documento por Frohmann no sentido estrito da Ciência da Informação, a noção de informatividade apresenta pertinência e remete àquelas apresentadas pelos autores discípulos da versão clássica de documento, citadas anteriormente.

Observamos que os dois autores da versão anglo-saxã analisados referem-se aos primeiros documentalistas (Otlet e Briet, explicitamente) considerando sua obra como fundamental para a área mas também atual em suas bases. Deste modo, também aqui constatamos a continuidade e atualização da versão clássica da noção de documento.

A CORRENTE ANGLO-SAXÃ DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Para uma avaliação das implicações atuais da noção de documento apresentadas anteriormente, tratamos a seguir do cenário em que as mesmas estão inseridas, discorrendo sobre alguns aspectos que caracterizam a corrente anglo-saxã de Ciência da Informação.

Adotamos como base a análise realizada por Fondin (2005) que retrata a história da Ciência da Informação surgida nos anos 50 e 60 nos Estados Unidos como aquela constituída por pesquisas de especialistas americanos do tratamento automático da informação em um contexto técnico e científico. A esta origem exclusivamente estadunidense, este autor denomina de visão histórica e considera a corrente dominante em Ciência da Informação.

Fondin entende que esta visão levanta problemas, inclusive nos Estados Unidos, em função da confiança em um progresso técnico que permitiria conceber e realizar um sistema de informação documentária (SID) ‘perfeito’, ou seja, capaz de fornecer toda ‘boa informação’ [destaque nosso], e só esta, àqueles que têm necessidade, e sob uma forma adequada. Nesta visão, o interesse de pesquisadores em técnicas de tratamento, armazenamento, busca e difusão de documentos e seus conteúdos para ‘fornecer informação à...’, partiu para uma abordagem mais global sobre informação que acabou por gerar indefinição e ambigüidade.

Afirma que as ambigüidades e contradições desta abordagem são evidentes no início do século XXI (mas têm início na década de 90) e explicam as divergências de pontos de vista expressos por um número cada vez maior de pesquisadores em Ciência da



Informação. Também lembra que estas divergências justificam as perguntas daqueles que são de fora da Ciência da Informação relativas ao que seja esta área.

Ao questionar a convivência de diversas abordagens em Ciência da Informação, Fondin pergunta se esta área pode ao mesmo tempo ser a ciência da difusão dos saberes e a ciência da busca documentária. Afirma que ela não poderia ter como objeto de estudo, simultaneamente, os fenômenos primários e os fenômenos secundários de produção e difusão do conhecimento. Sendo os fenômenos secundários aqueles relacionados à produção e difusão de informação no âmbito de sistemas, entendemos que tanto os fenômenos primários quanto os secundários são pertinentes à área mas não ocupam o mesmo papel: os secundários não podem ser compreendidos sem os primários, já que estes conformam os ambientes sociais e cognitivos que merecem a intervenção intencional daqueles, mas não se configuram como objeto da Ciência da Informação.

Este autor acredita que, de fato, trata-se de justaposição de fenômenos e seus sistemas correspondentes, pois a única dependência entre eles é cronológica e sua única ligação é o documento em sua materialidade. Observamos que o foco na produção e difusão dos saberes assemelha-se àquele explorado por Frohmann, já que não evidencia o processo documentário propriamente. Este foco distancia-se da explicitação de Otlet quando afirma que a Documentologia não seria uma teoria de transmissão dos saberes, mas de intervenção na produção e uso dos documentos. Como dissemos, trata-se da atribuição hermenêutica (ou interpretativa) que opera pela busca de meios e métodos que dêem conta da mensagem do autor do documento de modo rápido e preciso.

Fondin afirma que muitas ciências estudam os fenômenos da vida e do movimento, integrando a palavra 'informação' em seu vocabulário explicativo, como a Física, Biologia, Direito, Ciência da Comunicação, Ciência da Informação (diríamos também Psicologia, Sociologia, Ciência da Computação) A informação é objeto de estudo de todas estas ciências, pois um objeto social não pertence de direito a nenhuma delas. A partir deste quadro, Fondin pergunta qual especificidade científica a Ciência da Informação reivindica em torno do objeto informação, uma vez que ela não pode pretender estudar todos os conteúdos de todas as mensagens em suas entidades correspondentes.

Dada a característica intrínseca do termo informação relativa à abrangência em que se manifesta, a retomada da noção de documento originada na linha denominada Documentação parece promissora como recurso para o acercamento do conceito de informação que identifica nossa área de interesse.

ANÁLISE E COMENTÁRIOS DOS RESULTADOS

O resultado do cotejamento a partir das fichas terminográficas de apoio à coleta das afirmações dos autores analisados mostra reiteração de determinados traços que permitem a identificação de similaridades entre as abordagens.



Inicialmente, a proposta de Otlet pode ser resumida na noção de documento como registro do pensamento individual e da memória coletiva da humanidade que permite o transporte de idéias, servindo como instrumento de pesquisa, ensino, cultura e lazer. Desde sua discípula direta – Suzanne Briet –, até os franceses e espanhóis discípulos da versão clássica da noção de documento, os traços iniciais se mantêm mas são acrescidos de elementos que se relacionam ao signo e à comunicação da informação, assim como a própria palavra informação e derivadas. Para estes pesquisadores, documento seria objeto simultaneamente de natureza material e conceitual, potencialmente informativo, pois apresenta capacidade de conservação, transporte, reprodução e comunicação do signo.

Dentre os franceses, Escarpit trabalha com a idéia de documento enquanto meio de constituição de um saber, formado por mensagem estabilizada sobre um suporte que a torna independente do tempo e sincronicamente disponível para uma leitura em função de um projeto a realizar, de tal modo que haja uma produção informacional nova, e não apenas uma reativação do evento. Este autor reforça, para a compreensão de documento, as noções de tempo, sincronia e produção de informações novas, a qual aponta para a relação não linear entre emissor e receptor e para o papel protagonista do usuário.

Outro ponto de debate que se coloca é aquele relativo às tipologias de objetos que caracterizariam os documentos. A tendência atual, mas já colocada por Otlet, é a de que não é o tipo de objeto que define o documento, mas seu uso enquanto tal. De qualquer modo, são necessários esforços de categorização destas tipificações, para que se possa operar de modo mais adequado com estes objetos no nível conceitual e operacional da prática documentária.

As categorizações realizadas por Briet, Meyriat e Buckland (embora Otlet o tenha feito extensamente, adotamos aqui as abordagens mais sintéticas que encontramos) são sistematizadas a seguir: documentos textuais ou escritos em diversos suportes, assim como pessoas, produtos, eventos, objetos naturais, artefatos, objetos apontando pistas de atividades humanas, objetos tais como modelos designados para representar idéias, obras de artes, enfim, segundo Buckland: artefatos com intenção de constituir discurso (aqueles que convencionalmente chamamos de documentos), artefatos que não tinham esta intenção (artefatos produzidos com função utilitária ou estética), e objetos que não são artefatos (seres vivos e elementos da natureza em geral).

Focando a questão mais propriamente nas especificidades da Ciência da Informação, é Briet quem caracteriza o documento como documento secundário, ou seja, aquele que é produzido a partir de documentos iniciais ou originais, visando melhor acesso e uso destes. Neste contexto, cabem as contribuições de Meyriat para quem a noção de documento depende dos pontos de vista e dos métodos da Documentação, a qual, por sua vez, segundo Desantes Guanter, explica-se pela noção de informação e não existe sem esta. Na produção espanhola que este último autor representa, Lasso de la Vega deu início à noção de documento, cujas operações constituindo massa documental são condição necessária para a atividade científica e para o desenvolvimento da Ciência.



Como abstração e generalização mais interessante a esta discussão, encontramos especialmente em Meyriat, mas também em Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo, e em Buckland, idéias relativas à produção e uso de documentos como categorias necessárias para a compreensão do conceito, que resumimos assim: o documento é objeto produzido ou não com intenção de ser documento, e que pode funcionar ou não como documento, pois o uso como documento é que determina que ele assim o seja, o qual, por sua vez, pode modificar-se com o tempo dependendo dos diversos usos do mesmo documento.

De modo distinto dos anteriores, citamos Frohmann cujas caracterizações sob os aspectos institucionais e sociais voltam-se ao documento como informação materializada que, portanto, apresenta peso, massa, inércia e estabilidade a tal ponto que pode configurar a vida social. Este autor trata também do documento enquanto objeto que apresenta informatividade, a qual se dá segundo sua materialidade, seus lugares institucionais, os modos pelos quais é socialmente disciplinado e sua contingência histórica. Esta noção de documento assemelha-se àquela apresentada no parágrafo anterior pelos discípulos da versão clássica, cuja ênfase está no uso. Outros traços que se distinguem referem-se à noção de documentação, a qual não evidencia a idéia das práticas documentárias (ações de representação para recuperação da informação) dos outros autores tratados, parecendo centrar-se na produção e uso de documentos independente das práticas citadas.

Especialmente distintos, contudo, são os traços da literatura anglo-saxã, corrente dominante de Ciência da Informação, cuja abordagem de informação tende a prescindir da noção de documento como recurso para difusão da informação a públicos específicos, e a diluir a especificidade desta atividade ao tratar simultaneamente da produção e uso de saberes e da produção e uso de informação. Como a informação é objeto social que pode ser abordado por diversas áreas, esta linha partiu para uma abordagem mais global sobre informação que acabou por gerar indefinição e ambigüidade, como tratado por Fondin.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quadro final indica que as definições iniciais de documento e Documentação já continham, em germe, a noção de informação tal como entendida contemporaneamente. Em especial, no entanto, constatamos que a construção histórica do conceito de documento no âmbito da Ciência da Informação é anterior ao surgimento desta denominação para a área. Por este motivo, consideramos pertinente o reconhecimento da noção de documento proposta pela corrente teórica denominada Documentação, representada pelos documentalistas franceses e espanhóis citados, entre outros ancorados nesta mesma corrente.

A revisão de algumas propostas em torno do documento para a Documentação, e posteriormente para a Ciência da Informação, tende a mostrar que o objeto desta não seria uma área de conhecimento, nem a informação – registrada ou não –, do que



decorre que também não seria o documento. Não seria, ainda, o sistema de informação documentária, ou o usuário de informação. As propostas tendem a corroborar a idéia de que este objeto seja constituído das ações que visam a promoção do acesso e uso da informação. Estas ações são aquelas de elaboração da informação institucional, as quais são fundadas em hipóteses de organização. Para Smit (2000, p. 34), ‘institucionalização da informação’ é o fruto dos processos de estocagem e registro de informações, uma vez que estes decorrem de decisões institucionais (ou, por extensão, sociais). Este produto que a área realiza

confere “status” a certas informações e o nega a outras. A informação, ao ser institucionalizada em nome de uma utilidade que lhe foi atribuída, é organizada em nome de objetivos institucionais. A institucionalização da informação (...) encontra sua justificativa cultural, social e econômica à medida que esta informação é disponibilizada para a sociedade, ou comunidade, que financia a manutenção do estoque.

Na construção da informação institucional, os documentos criados pela Ciência da Informação assemelham-se à idéia dos ‘documentos secundários’, conforme sugere Briet e, segundo reforça Rendón Rojas, ao tratar da ação intencional do profissional ao colocar o documento inicial em um contexto que não estava antes, dando-lhe personalidade. A atividade documentária desenvolve-se, nesse sentido, a partir da intenção de construir registros que possam ser informativos, considerando não apenas as características extrínsecas do documento original (do autor), como sua possibilidade de recepção (vínculos de adesão).

Dito de outro modo, tais registros procuram otimizar a possibilidade de uso e de interpretação, caracterizando-se, assim, como produtos que, elaborados por meio de procedimentos metodológicos específicos, permitem à Ciência da Informação exercer sua função social. Ressaltamos, no entanto, que a intencionalidade da atividade documentária não implica automaticamente seu uso efetivo traduzido em apropriação. Como afirmou Peñuela Canizal (1987), a informação da linguagem é diferente da informação da mensagem (Lara, 1999).

A reiteração das afirmações sobre o documento como instância física e informativa, corrobora o caráter pragmático da noção de documento. Sob essa perspectiva, o tratamento da informação não se dissocia dos contextos culturais de produção e uso de conhecimento, demandando a combinação de referências da produção informacional, dos objetivos institucionais e dos elementos cognitivos e comunicacionais dos públicos da informação, como meio de otimizar a circulação social da informação.

Como conclusão, podemos afirmar que a recuperação histórica da discussão sobre a noção de documento e de Documentação permite afirmar a especificidade da Ciência da Informação, cuja função é a de construir novos documentos a partir de documentos originais ou de dados esparsos (como nos dossiês, segundo Otlet), visando realizar a mediação entre objetos potencialmente informativos e pessoas potencialmente usuárias da informação.



REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRIET, Suzanne (1951). *Qu'est-ce que la documentation?* Paris: Édit - Éditions Documentaires Industrielles et Techniques. 48 p. Disponível em:

<<http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/>>. Acesso em: 30 nov. 2008.

BUCKLAND, Michael (1991). *Information and information systems*. New York: Praeger. 225 p.

COUZINET, Viviane (2004). “Olhar crítico sobre as Ciências da Informação na França”. In: *Anais do Workshop em Ciência da Informação*, 11 e 12 nov. 2004, Niterói. Niterói: ANCIB ; UFF. 191 p.

COUZINET, Viviane; RÉGIMBEAU, Gérard; COURBIÈRES, Caroline (2001). Sur le document: notion, travaux et propositions. In: COUZINET, Viviane; RAUZIER, Jean-Michel (Col.). *Jean Meyriat, théoricien et praticien de l'information-documentation*. Paris: ADBS Éditions. p. 467-506.

DESANTES GUANTER, José Maria (1978). Prólogo. In: LÓPEZ YEPES, José. *Teoría de la Documentación*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra (EUNSA). 337 p. p. XVII-XXV.

ESCARPIT, Robert (1991). *L'information et la communication: théorie générale*. Paris: Hachette Superieur. 222 p. (Hachette Université Communication). Inicialmente publicado em 1976 pela mesma editora.

FAYET-SCRIBE, Sylvie (2001). *Histoire de la documentation en France: culture, science et technologie de l'information, 1895-1937*. Paris: CNRS Editions. (CNRS Histoire).

FONDIN, Hubert (1995). L'information documentaire: théorie et pratique. In: BENOIT, Denis. (Dir.) *Introduction aux sciences de l'information et de la communication*. Paris: Les Editions d'Organisation. 414 p. p. 281-326.

FONDIN, Hubert (2005). “La science de l'information ou le pois de l'histoire”. *Les enjeux de l'information et de la communication*, Grenoble. Disponível em: <http://w3.u-grenoble3.fr/les_enjeux/2005/Fondin/home.html>. Acesso em: 30 nov. 2008.

FROHMANN, Bernd (2004). “Documentation redux”: prolegomenon to (another) philosophy of information. *Library Trends*, v. 52, n. 3.

FROHMANN, Bernd (2006). “O caráter social, material e público da informação na contemporaneidade”. In: *Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 7., 19 a 22 nov. 2006, Marília. (Publicação em CD-ROM).



LARA, Marilda Lopes Ginez de (1993). *Representação documentária: em jogo a significação*. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes/USP.

LARA, Marilda Lopes Ginez de (1999). *Representação e linguagens documentárias: bases teórico-metodológicas*. São Paulo. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes/USP.

LASSO DE LA VEGA, Javier (1947). *Cómo se hace una tesis doctoral o Manual de técnica de la documentación científica y bibliográfica*. San Sebastián: Internacional.

LASSO DE LA VEGA, Javier (1969). *Manual de documentación: las técnicas para la investigación y redacción de los trabajos científicos y de ingeniería*. Barcelona: Labor.

LÓPEZ YEPES, José (1978). *Teoría de la Documentación*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra (EUNSA). 337 p.

LÓPEZ YEPES, José (1995). *La Documentación como disciplina: teoría e historia*. 2. ed. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra (EUNSA). 337 p. Segunda edição atualizada e ampliada de: *Teoría de la Documentación*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra (EUNSA), 1978.

MEYRIAT, Jean (1981). “Document, documentation, documentologie”. *Schéma et Schématisation*, 2º trimestre, n. 14, p. 51-63.

OTLET, Paul (1996). *El Tratado de Documentación: el libro sobre el libro: teoría y práctica*. Traduzido por Maria Dolores Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia. (Tradução de: *Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Mundaneum, 1934. 431 p.).

PEÑUELA CANIZAL, Eduardo (1987). Prefácio. In: LOPES, Edward. *Fundamentos da lingüística contemporânea*. 10. ed. São Paulo: Cultrix. p. 9-14.

RENDÓN ROJAS, Miguel Angel (2005). *Bases teóricas y filosóficas de la bibliotecología*. 2. ed. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas. 183 p. (Sistemas bibliotecarios de información y sociedad).

SAGREDO FERNÁNDEZ, Félix; IZQUIERDO ARROYO, José Maria (1983). *Concepción lógico-lingüística de la Documentación*. Madrid: IBERCOM. 440 p.

SALVADOR BRUNA, Javier (2006). “Recepción de la obra otletiana en España a través del análisis cualitativo de citas”. *Documentación de las Ciencias de la Información*, v. 29, p. 25-69. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/archive/00008570/01/otletiana.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2008.

SMIT, Johanna W. (2000). “Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia – o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa?” *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, Nova Série, v. 1, n. 2, p. 27-36.